

Introdução

Sertão também foi conceituado como um lugar sem lei, desabitado, afastado do litoral, desconhecido, longínquo e inóspito, etc. Encontramos essas palavras nos relatos dos viajantes e cronistas dos séculos XVI e XVII, que ao visitarem a colônia descreveram as características desse lugar, ora como um paraíso terrestre ora usando termos pejorativos. Para (AMADO, 1995,149) o verbete “sertão” ou “certão” significou entre os séculos XII e XIV, “às áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa e, a partir do século XV passaram a nomear os grandes espaços interioranos e poucos conhecidos das possessões coloniais”.

A concepção introduzida pelos colonizadores lusitanos nas regiões de domínio português no Além Mar teve seu significado ampliado por viajantes e cronistas consolidando as áreas distantes do litoral, como áreas incivilizadas, incultas onde imperava a barbárie, pois a lei e a ordem não eram respeitadas naquele vasto territorial. Como nos diz (LIMA, 1997, p.1-2):

“Sertão e litoral representam os contrastes de uma sociedade vista como o principal problema a ser investigado, e que foi objeto de diferentes tentativas de interpretação. A ideia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário à modernização, no interior, quase sempre conviveu com a concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos.”

Essa dicotomia litoral/sertão, civilizado/inculto, moderno/atrasado resiste ainda hoje no senso comum brasileiro e foi consolidado por uma vasta literatura que se dedicou ao sertão e ao sertanejo. Esse dualismo chegou ao auge com os primeiros estudos sobre a interpretação do “interior”. Nos primeiros momentos as análises e descrições a respeito da região sertaneja apontaram aspectos negativos.

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista Pibic-Fapema. E-mail: layladriana@hotmail.com.

Nesta perspectiva, (BARTELT, 2003, p.587), afirmar que “a violência do sertanejo provém de sua natureza bruta, indômita e cruel que é, por sua vez, o produto e o reflexo da natureza ingrata da caatinga.” Entretanto notamos que com o significativo aumento do número de pesquisadores sobre o tema – sertão – novas interpretações do sertão e do sertanejo foram sendo elaboradas e o que soava negativo passou a ganhar aspectos positivos, no sentido de desconstruir os adjetivos vilipendiosos até então existentes.

O tema presente desde os primeiros anos de nossa colonização como afirmei acima, foi consolidado no início do século XX por Euclides da Cunha que “abriu a porta” para novas interpretações especialmente feitas pelos estudiosos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, além de está bastante presente nas expressões das artes brasileiras, na música, nas artes cênicas e nas artes plásticas embasando uma valorização do sertão e do sertanejo e destacando o contributo desses à construção da nação.

Se a historiografia nacional ampliou os estudos sobre sertão, no âmbito maranhense não podemos dizer o mesmo, ainda são raríssimas as pesquisas sobre o tema, mesmo assim a geografia física e a gente sertaneja passaram a ser objetos de estudos. Nossa pesquisa objetiva analisar a política do alto sertão maranhense, sobretudo o episódio ocorrido no município da antiga Vila da Chapada, atualmente Grajaú, episódio que ficou conhecido como A Guerra do Léda. Vale ressaltar que estes são os primeiros estudos analíticos feitos a partir de uma metodologia histórica sobre o tema que permanece praticamente desconhecido principalmente pelas novas gerações de maranhenses inclusive dos novos historiadores.

A Rebelião aqui analisada teve a duração aproximadamente de onze anos, se levarmos em consideração o ano de 1898 como início dos da luta armada quando ocorreu o assassinato de Estolano Polary e o atentado contra Leão Léda em 1909, esses episódios, delimitam grosso modo o início e o fim da luta armada. Como dizia João Parsondas de Carvalho (1902) “O inventário do século XIX ainda não foi feito”. Amplamente noticiado pela imprensa maranhense da época² além do Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, os fatos por si, não foram suficientemente estudados nem interpretados pela sociedade maranhense para a qual a Rebelião continua desconhecida.

² “Especificamente os Jornais: A Pacotilha, O Norte, e o Jornal do Brasil.

A única referência que se tem da Guerra do Léda, foi feita por João Parsondas de Carvalho posterior aos acontecimentos, o jornalista, historiador e geógrafo autodidata, fez publicar no periódico maranhense A Pacotilha, jornal de oposição ao senador Benedito Pereira Leite, a luta travada no sertão, entre os líderes sertanejos e o Senador, que logo assumiria o governo do Estado. Carvalho receoso que as “engrenagens políticas” da Capital maranhense comandadas por Benedito Leite impedissem a publicação de suas reportagens, baseadas em seu empirismo, muito do que assistiu e principalmente na memória dos sobreviventes, publicou as mesmas reportagens concomitantemente no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, Parsondas havia trabalhado ao lado de Rui Barbosa nesse periódico.

1. A Guerra do Léda: disputa política entre o Norte e Sul do Maranhão.

De acordo com as fontes estudadas, a anteriormente comentada dicotomia sertão/litoral também foi muito presente no Maranhão, causando a divisão política, geográfica, social e econômica entre as duas regiões. Movimentos de revoltas como a Balaiada e a Guerra do Léda foram ocasionados por interesses divergentes, acarretando ferrenhas insatisfações, conflitos e tensões. Para Dunshee de Abranches “o sertanejo maranhense era um rebelde nato [...] Aspirava para o seu sertão uma vida à parte, uma independência própria.” (ABRANCHES, 1993, p.153).

A denominada Guerra do Léda propunha a independência política do sertão. Os homens que representavam as lideranças políticas de cada localidade sertaneja, seguidores do pensamento de Leão Léda, aspiravam uma presença maior do Estado, e que o mesmo promovesse o seu desenvolvimento, através da aplicação de verbas que se destinasse a construção de estradas, escolas e postos de saúde. Os representantes do Estado no sertão, propositadamente esqueciam a região, o que não era aceito por alguns membros da elite sertaneja. Essas negligências foram ficando tão fortes que, por exemplo, facções partidárias de Grajaú entraram em conflito, enquanto uns defendiam o poder central (poder da capital), outros defendiam uma autonomia do sertão.

Em 1887 com “o falecimento de Francisco Moreira, que era coronel da Guarda Nacional foi entregue a chefia do partido liberal a Leão Léda, moço educado em um colégio

ou liceu da capital, altivo, rico e munificente” (CARVALHO, 1992, p.1) Depois de concluir seus estudos em São Luís, Leão Léda voltou para Grajaú, já que os seus interesses, sobretudo políticos, estavam no lugar onde nascera. Com a presença do liberal na Antiga Vila da Chapada, os confrontos partidários tornaram-se ainda mais significativos em virtude da indignação dos representantes políticos da capital com Leão Léda.

A partir das análises documentais foi observado que, os confrontos das famílias Léda e Moreira contra os conservadores e depois federalistas, tiveram suas origens ainda no Maranhão Imperial, mas chegando ao auge no período Republicano, principalmente por volta de 1898. Segundo BRANDES, (1994, p.215):

Havia nos idos de 18(88), entre outras, duas agremiações política nos sertões. Os conservadores e os liberais. Eram partidos monárquicos pelo fato de existirem de direito naquele Sistema. Confrontando-se no campo cívico e às vezes enfrentavam-se no corpo a corpo, empunhando pelas ruas, rifles e outras armas, pondo fim a muitas vidas, não escapando dos crimes como vítimas as próprias autoridades.

Envolvido nesse sistema de disputa política entre os partidos, o senador Benedito Pereira Leite tentou a todo o custo uma hegemonia política do Estado e buscando tal fim, desafiou alguns líderes do partido liberal do sertão e especificamente o mais destacado deles Leão Rodrigues de Miranda Léda, do município de Grajaú. De acordo com os documentos analisados, o senador Benedito Leite aproveitou o assassinato do promotor público Estolano Eustáquio Polary, no dia 16 de agosto de 1898 para acusar alguns membros do partido liberal de Grajaú, começava a Guerra do Léda com irradiação para outras regiões especialmente o norte de Goiás.

Foi possível observar que durante aquele período o controle político de grande parte do Maranhão estava sob domínio do senador Benedito Leite, e os liberais iam contra o sistema situacionista implantado pelo primeiro. Para a oposição, “o governo do estado era o fomentador da revolta e toda a responsabilidade recaia sobre Benedito Leite, que desejava ter hegemonia política no sertão” (VIVEIROS, 1960, p. 196). Para atacar os correligionários e simpatizantes sertanejos de Leão Léda foi enviado da capital, forças militares com cerca de 150 homens para combater os opositores em Grajaú³. A reação do governo maranhense ao

³ Cf: REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007. p. 150-151.

assassinato do promotor foi imediata. Segundo noticiou o Jornal do Brasil, os soldados enviados pelo governo rumo ao sertão:

Levaram ordens para matarem determinadamente os Moreiras e indeterminadamente a todos que tivessem tido comunicação com Leão, tendo-o visitado ou recebido em suas casas quando viajou, bandos armados foram espalhados no sertão. Assim, foram apontados à faca dos assassinos aqueles que mais haviam se esforçado, em benefício da paz, para a retirada de Leão. (JORNAL DO BRASIL, 1902, p.1)

As ordens baixadas pelo governo expressam bem a maneira como ele dialogava com seus opositores, a documentação pesquisada e encontrada sobre o período correspondente a Guerra do Léda, demonstra terem sido várias as vítimas de atentados, chantagens e muitas foram a óbito. Segundo Parsondas de Carvalho, “para evitar o enfatiamento que a repetição das mesmas cenas causa, passo um traço por baixo das parcelas de outubro e apresento a soma: 48 mortos e 63 casas queimadas” (CARVALHO, 1902, p.3). Por onde passavam os representantes do governo, ações criminosas eram praticadas, o ambiente ficava arrasado, as mulheres eram estupradas, as propriedades incendiadas, roubadas e saqueadas, o governo não poupava idosos, crianças, mulheres grávidas, vaqueiros, etc. A ordem era sair em busca de Leão Léda, colocá-lo na prisão. Na percepção do governo, seria uma forma de impedir qualquer atitude do coronel Léda contra o mandonismo da capital.

As famílias sertanejas já não conseguiam ter paz e a inviolabilidade do lar deixou de existir. Quase todas as familiares eram constantemente ameaçadas de morte. Esse terrorismo de Estado foi a principal metodologia empregada no sertão na “caça” implacável a Leão Léda. “A popularidade de Leão Léda e o clima generalizado de revolta dava ares revolucionários aos sertões e acendiam sérias preocupações no governo. A força oficial foi aumentada e Leão Léda foge para lugar incerto, falavam em Goiás.” (COUTINHO, 2006, p.186).

2. O exílio do líder liberal: Leão Léda no Norte de Goiás.

Aconselhado por amigos e familiares diante desta situação que se impunha e temendo pela própria vida, Leão Léda e muito de seus seguidores acompanhados de correligionários decidiram exilar-se na cidade de Boa Vista localizada do outro lado do rio Tocantins (atual Tocantinópolis), haja vista que não havia mais possibilidades de continuar



em suas fazendas no município, nem na cidade Grajaú, pois correria o risco de ser a qualquer momento preso ou morto pela polícia e seus comandados.

A cidade de Boa Vista foi escolhida por Leão Léda devido à relativa proximidade com a cidade de Grajaú, acreditava Leão, que mesmo em “fuga” poderia continuar exercendo suas atividades políticas, econômicas, pois era bastante conhecido na cidade que havia escolhido para exílio. Lá, o líder liberal contratou os serviços de um advogado. Este requereu habeas-corpus tendo como objetivo provar a inocência de Leão Léda e de seus seguidores. No sertão maranhense as intimidações veladas e publicadas em panfletos fez com que nenhum advogado aceitasse defender Leão Léda.

O habeas-corpus encontra-se no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em São Luís e, através deste documento pode-se obter uma análise abrangente sobre os fatos. Ficam perceptíveis na documentação a indignação e repúdio do escrivão ao elaborar o documento “lutuosas cenas desenroladas no sertão maranhense, as quais, sobre o nome de guerra do Grajaú, tiveram tão larga repercussão na imprensa”⁴. Como já foi dito, Leão Léda contratou os serviços de um advogado, José Barreto Costa Rodrigues. A peça processual requer:

Leão Rodrigues de Miranda Leda e Thomaz José Moreira, iniquamente envolvidos nas malhas de um processo fundamentalmente nulo e em consequência do qual, desde o ano de 1898, foram obrigados a abandonar o Estado, fugindo a ameaça de ilegal constrangimento em sua liberdade, proveniente do despacho de pronúncia contra eles proferido por autoridade de todo o ponto incompetente. Impetrar uma ordem de habeas – corpus preventivo em favor de Leão Rodrigues de Miranda Leda, Nelson Martins Moreira, Silvino Martins Moreira, Thomaz José Moreira, Candido Alves Sarmento e Manoel João Rodrigues, pronunciados pelo Doutor Chefe de Polícia do Estado como responsáveis pela morte de Estolano Eustáquio Polary, ocorrida na cidade de Grajaú, deste Estado, no dia dezoito de Agosto do ano passado, que indeferem a mesma petição. (CADH, Habeas-Corpus, Sessão de documentos restaurados, 1907.p.4).

Ainda neste:

Limitar-se-á, pois o requerente a um rapto histórico digo, rápido histórico. Leão Rodrigues de Miranda Leda, Thomaz José Moreira e outros membros importantes do partido político em oposição ao Governo do Estado, na comarca do Grajaú, foram, por paixões e interesses de ordem política, indigitados como responsáveis pela morte de Estolano Eustáquio Polary, ocorrida na cidade do Grajaú, no dia 16 de Agosto do ano de 1898. Dispostas as causas para a perseguição dos adversários, enviou o Governador de então – o atual

⁴Um dos noticiários foi o Jornal Brasil, que circulou no Rio de Janeiro, tendo um papel importante na divulgação dos crimes e confrontos de Grajaú. Como já foi apontado, João Parsondas de Carvalho, quem foi o responsável pela propagação, escrevendo vários artigos neste jornal da antiga capital da República.

Desembargador Dr. João Gualberto Torreão da Costa – para aquela localidade, além do Procurador Geral do Estado, o Chefe de Polícia – que era naquela ocasião o atual Desembargador Dr. Sebastião José de Magalhães Braga, fazendo-o acompanhar de grande força armada e com instruções especiais para proceder contra os pseudos criminosos. (CADH, Habeas-Corpus, Sessão de documentos restaurados, 1907, p.3)

Nelson Martins Moreira, Silvino Martins Moreira, Thomaz José Moreira, Cândido Alves Sarmiento e Manoel João Rodrigues foram os citados no habeas-corpus como os acusados de mandato do crime de Estolano Polary, em Grajaú. Sabedores que suas prisões resultaria em suas respectivas mortes abandonaram a região de Grajaú em 1898, mas não deixaram de manter o contato com ela. Leão Léda retornou várias vezes ao município para resolver questões que ficaram pendentes como: a venda e aluguel de alguns de seus bens imóveis, trocas e vendas de algumas de suas milhares “cabeças de gado”.

A interpretação dos fatos feita pelo governo era da extrema necessidade de “quebrar a espinha dorsal” de Leão Léda, invadindo suas fazendas, matando seu gado, incendiando roças e pastos e causando o terror no sertão, imaginava Benedito Leite que subjugaria o sertão e seus líderes dentre eles Leão Léda, objeto de todo o desmando feito pelo governo do Estado em nome da lei. O pedido de habeas-corpus foi negado pelo poder judicial de São Luís e por ordens das lideranças jurídicas locais, que prestavam serviços ao senador. Aqueles aliados a Benedito Leite⁵ recebiam um bônus no cenário político, adquiriam status e poder, eram capazes de realizar atos inapropriados para atingirem os seus interesses. Os bônus recebidos eram para aniquilar os líderes políticos do sertão contrários ao poder central.

Leão Léda “retirou pequena parte de seus gados para o vizinho Estado a fim de evitar a sua completa dissipação insaciável dos dilapidadores da fortuna alheia”. (CADH, Inventário, Sessão de documentos restaurados, 1909, fl. verso) Fortuna esta que foi perdendo o seu valor com o tempo, os saques e os danos obtiveram valores inexpressivos. A família Léda viveu vários momentos de crise por conta dos conflitos políticos em Grajaú. Nos momentos finais da Guerra, a família não tendo condições psicológicas e financeiras foi praticamente expulsa pelo governo do Estado e obrigada a procurarem outras regiões para continuarem suas vidas, houve uma verdadeira diáspora, hoje os Léda se encontram em várias regiões do Brasil.

⁵O domínio exercido por Benedito Leite na política maranhense compreende o período entre os anos de 1893 a 1908

A cidade de Grajaú passou a ser considerada pelo poder central um local propício para a barbárie e seus habitantes passaram a ser considerados como um “bando de selvagens” que precisavam ser domados. “Tão frequente se tornaram as questões no Grajaú e tal aspecto apresentava que deixavam formar-se a ideia contristadora dessa localidade estar quase em estado de selvageria.” (CARVALHO, 1902, p.1). As disputas políticas partidárias, os jogos de interesses, a busca por status sociais, foram disputados de forma coercitiva, violenta e mais degradante possível.

O ódio partidário fazia com que qualquer atitude violenta fosse considerada a mando do opositor, ou seja, a outra liderança partidária. Enfim, a rivalidade não deixou de existir e as disputas tornaram-se cada vez mais intestinas. Para a sociedade local, lideranças como Leão Léda, deveriam ser apoiados e ajudados. Mas para o poder Central eram considerados bandidos, líderes de facciosos, desmerecedores de qualquer apoio. Pesquisando sobre banditismo social, o historiador Eric Hobsbawm (1975, p.21) afirma:

O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são tidos como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados.

O autor mencionado acima ajuda a compreender o conflito político partidário analisado nesta pesquisa. Hobsbawm examina de forma muito perspicaz em sua obra O Banditismo Social, as questões políticas do banditismo e sua história no âmbito do poder e do domínio por parte do Estado. O autor parte da observação de alguns indivíduos que para ele a opinião pública não os considera criminosos comuns. Para o mesmo “o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos”. (HOBSBAWM, 1975, p.21).

Na concepção de Abranches (1993, p. 164), em A esfinge do Grajaú:

O que havia nos sertões da Província, não era, como proclamava a imprensa facciosa, o banditismo a serviço das ambições e dos planos ocultos dos dois partidos monárquicos em luta dissolvente e feroz em todo o País; mas, o que poderia chamar – caudilhismo literário. Esses caudilhos sertanejos, dentre os quais Leão Léda simbolizava um Maranhão o tipo mais representativo, não eram meros instrumentos nas mãos dos políticos, nem jagunços locais e cangaceiros ladravazes, assoldados para cometer distúrbios e massacres a fim de que triunfassem nas urnas candidatos às altas posições no Parlamento ou na administração do Império. Eles tinham, ao contrário, vontade própria e ideias e ideais mais ou menos justos ou justificáveis. E, acima de tudo, a causa principal das suas agitações e rebeldias, era que não

suportavam a centralização do Império, garroteando as províncias asfixiando os municípios.

A região Sul do Maranhão, não só apresentava, como ainda apresenta aspectos totalmente díspares da região próxima ao litoral do Estado. Os indivíduos que ocuparam a região do sertão foram homens provindos, principalmente de Pernambuco e da Bahia, que por volta do século XVIII, atravessaram o rio Parnaíba e chegaram à localidade denominada por eles de “Pastos Bons”, ou seja, um lugar amplo, verde e cheio de rios, propícios para a criação de gados. Os sertanejos se valiam do meio natural, como a utilização de cabaço, cuia, panelas de barro cozidos e a utilização de alguns gêneros locais. Muitos não eram adeptos aos costumes dos que moravam na capital e não aceitavam a dominação daqueles em sua localidade. Na visão da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral(1992, p, 124):

O encaminhamento do povoamento, como já foi ventilado, deixou a área, de certa forma, isolada de São Luís. Apesar do esforço do Estado português, para promover a integração da região, verificamos que, até o início do século XIX, o sertão vivia ainda bastante desvinculado do centro administrativo maranhense (...). Essa desarticulação, presente desde o início da colonização, exerceu, forte influência no relacionamento entre as camadas locais e o poder regional, gerando tensões e conflitos.

As dissidências partidárias eram comuns nessas regiões, às relações entre os partidos políticos ocorriam de forma afastada e em muitos casos as afinidades eram nulas. Em regiões como Grajaú, muitos políticos se rebelaram contra o partido que mantinha elos com o poder Central. As facções formadas principalmente em épocas eleitorais se organizavam de forma afinsa para anular a existência do líder/chefe opositor. Percebe-se como aponta Cabral, que essas rebeliões tiveram inícios desde o processo de colonização, passando pelo Império, chegando ao período Republicano até os dias atuais. Não é difícil se ver rivalidades, jogos de interesses, ambições individuais e a busca por uma hegemonia. Percebe-se que a questão individual sobrepõe-se ao coletivo.

3. A Título de considerações finais.

O lamentável episódio de intolerância político partidária deixou marcas indeléveis na sociedade que habitava a região do conflito no alto sertão do Maranhão, Até os dias atuais é perceptível ver as marcas da Guerra do Léda em locais onde o combate foi mais violento. A memória da Guerra do Léda permanece nas novas gerações. Sabe-se que o conflito atingiu



outras regiões fora do Estado do Maranhão, fazendo com que famílias buscassem localidades distante da região da luta para estabelecerem as novas moradas e continuarem suas vidas.

A política no sertão do Maranhão no final do XIX e começo do XX foi um misto de política partidária propriamente dita e banditismo social. O poder nem sempre foi usado em benefício comum, mas quase sempre com o intuito de favorecer ora os conservadores, ora os liberais, essa tem sido a tradição política do Maranhão até os dias de hoje. Os liberais e conservadores de antanho, hoje, atendem por outro nome: cooptados, sem nenhuma opinião política própria, são sempre servis e subservientes.

4. REFERÊNCIAS

- JORNAIS MICROFILMADOS

- Jornal A Pacotilha.
- Jornal O Echo.
- Jornal O Norte.
- Jornal do Brasil.

- MANUSCRITO

Documento de Habeas-Corpus – Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (CADH) – Sessão de documentos restaurados. São Luís, 1907.

Documento de inventário de Leão Rodrigues de Miranda Léda. Sessão de documentos restaurados. 1909. Caixa: 5.

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2ª ed. São Luís: Alumar, 1993

BARTELT, Dawid Danilo. “ **Palavras Secas**: o discurso sobre o sertão no século XIX”. In. ROCHA, João Cezar de Castro. **Nenhum Brasil Existe**: Pequena Enciclopédia. São Paulo: Univer Cidade editora, 2003. p.585-592.

BRANDES, Galeno E. **Barra do Corda na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1994.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: Subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 3ª ed. Imperatriz, MA: Ética, 2006



AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Estudos Históricos, v.8, n.15, 1995.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

COUTINHO, Márcio Augusto Vasconcelos. **Grajaú: um estudo de sua história**. São Luís: Edigraf, 2006.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um molhar sobre o sertão**. Ética: Imperatriz-Ma, 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

HOBBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil** – Intelectuais, sertanejos e imaginação social, Rio de Janeiro, 1997.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Varando Mundos: Navegação Fluvial no Vale do rio Grajaú**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite um verdadeiro republicano**. São Luís: DASP, 1960.